

# O que tem 2020 com 2013? Ensaio sobre pandemias e insurreições

## What Does 2020 Have to Do with 2013: An Essay on Pandemics and Insurrections

Camila Jourdan  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
camila.jourdan@gmail.com

**Enviado:** 23 agosto 2021 | **Aceptado:** 20 noviembre 2021

### Resumen

En este ensayo retomo las narrativas sobre el levante popular de 2013 en Brasil, considerando que tales discursos están aún presentes directa e indirectamente en la manera cómo comprendemos la actualidad, sobre todo la ascensión de la derecha y nuestras posibles resistencias a los múltiples elementos fascistas crecientes hoy en nuestra sociedad. En este sentido, analizo ciertas posiciones corrientes relacionadas con las reacciones conservadoras y punitivas a las protestas populares, que acaban por concluir que las manifestaciones generaron un “mal aún mayor”. Traigo a la luz algunas premisas ocultas en esas afirmaciones que, operando tanto desde puntos de vista historiográficos como filosóficos, comprometen no solamente nuestro pasado, sino también acaban por empeñar nuestro futuro.

Palabras clave: Brasil contemporáneo, levante popular de 2013, anarquismo, resistencias, revuelta.

### Abstract

In this essay I return to narratives about the popular uprisings of June 2013 in Brazil, considering that these discourses are still directly and indirectly present in the ways in which we understand our current reality, above all the ascension of the rightwing and our possible resistance to the growing and multiple fascist elements in our society today. I analyze certain current positions related to punitive and conservative reactions to the popular protests, which end up concluding that the uprisings generated “an even greater evil”. I bring to light some premises hidden in these statements which, by operating from points of view that are both historical and philosophical, not only compromise our past, but also mortgage our future.

Keywords: Contemporary Brazil, 2013’s popular uprising, anarchism, resistance, revolt.

Na nova Babilônia eu e você  
Somos só carne humana pra moer  
E o amor não é pra nós  
Mas nós temos a pedrada pra jogar  
A bola incendiária está no ar (vai voar)  
Fogo nos fascistas  
Fogo, Jah!

CHICO CÉSAR

Este pequeno ensaio pretende retomar as narrativas sobre o 2013 em 2020, levando em conta o que é ainda relevante na interpretação daqueles acontecimentos. No período entre 2013-2014, vivemos uma série de mobilizações sociais e manifestações de rua no contexto social-urbano de algumas das principais capitais brasileiras. Em algumas delas, o que deflagrou a revolta foi um aumento da passagem de ônibus em 20 centavos, mas as pautas do movimento foram muito mais abrangentes e múltiplas, requeriam direito à cidade em meio à gentrificação crescente pela qual passavam as capitais diante da proximidade da Copa do Mundo de 2014, que o Brasil sediou. As ruas denunciavam todos os aspectos falidos da política institucional atual e exigiam transformações radicais, de baixo para cima. O movimento, assim, incluía a denúncia das mortes pela polícia nas favelas e periferias, através da palavra de ordem que ganhou o mundo: “Cadê o Amarildo?”, um pedreiro negro que havia desaparecido sequestrado por policiais e que depois foi descoberto que havia sido assassinado. Amarildo era ali um particular geral, sua morte encarnava tantas outras impunes executadas por agentes policiais e, neste sentido, era toda uma política pública de segurança que se colocava em questão. Pedia-se, com isso, o fim da polícia militar. O movimento também se colocava contra as remoções de casas que desalojaram milhares de pessoas na reforma urbana então chamada de “revitalização”, executada pelo então prefeito do Rio, Eduardo Paes. Havia a denúncia da farra dos megaeventos, que naquele momento serviam de desculpa para as medidas mais absurdas, contribuindo diretamente para a precarização da saúde e educação públicas. Praças foram ocupadas, espaços de luta foram retomados e autogeridos, centros de poder foram invadidos, uma série de assembleias populares se formaram em diversos pontos do país. O movimento foi fortemente reprimido e assistimos com isso ao surgimento da tática *Black Bloc* no Brasil como resposta à violência policial. As formas tradicionais de organização foram recusadas, partidos políticos foram rechaçados, toda a ideia de instituição e representação estava em questão. Uma série de greves, tocadas pela base das categorias, também acompanhou as mobilizações, ajudando a parar a cidade e, mesmo, instituir uma nova forma de temporalidade. A passagem baixou, mas como as pautas do movimento iam muito além disso, as pessoas continuaram ocupando as ruas de maneira crescente. Foi preciso a morte acidental de um cinegrafista de uma rede de televisão, em meio a cobertura de uma manifestação, para que toda aquela luta fosse fortemente criminalizada e contida. Alguns dos pro-

cessos ali iniciados continuam até hoje. E foi somente mais de um ano depois que as ruas foram invadidas pelas forças da direita, que em grande medida se organizaram em reação aos protestos, pedindo o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Ainda assim, até hoje, existe uma leitura muito bem disseminada da insurreição popular de 2013 como tendo aberto a porta para o fortalecimento da extrema direita, sendo inclusive responsabilizada pela eleição de Bolsonaro. Acredito que essa leitura deve ser combatida, e que ela é perigosa não apenas para o que significou nosso passado, mas, principalmente, para o que pode significar nosso futuro.

Partimos então aqui da compreensão de que as memórias sobre 2013 estão presentes hoje e que a disputa de narrativas sobre o que aquele momento significou pode condicionar como entendemos o momento presente e o que nos resta para o futuro. O que tem 2020 com 2013? A maneira como interpretamos o que vivemos naquele momento dirá como compreendemos o que vivemos agora, e também as formas viáveis de se reagir a isso. Uma leitura da ascensão da extrema direita como tendo se iniciado com a revolta popular de 2013 nos faz pensar nossas ações em resistência como tendo ocasionado o “mal pior” e, nesta abordagem, fomos os responsáveis pelo próprio mal que agora sofremos, “aqueles que se rebelaram contra míseros 20 centavos e levaram com isso a sociedade ao fascismo”. “Onde estão aqueles irresponsáveis *black blocs* agora?”, eles nos perguntam. Essas são afirmações e perguntas que encontramos facilmente nas redes sociais. (Ao que não cansamos de repetir: estamos respondendo os processos infinitos que vocês ajudaram a legitimar). Percebe-se que discursos como este legitimam fácil, corroboram mesmo, a tese pela qual o brasileiro constitui um povo pacífico, que não deve se revoltar, porque, se se revolta, “fica ainda pior”. E muitas revoltas foram massacradas neste país para que esse discurso se consolidasse. Nesta leitura, não devemos nos insurgir porque a resposta será sempre ainda pior, então, deve ser melhor pensar duas vezes antes de se revoltar. E ler o *acontecimento* assim não condena apenas nosso passado, condena nosso futuro. É triste ver que a esquerda institucional não apenas tenha ajudado a consolidar essa leitura, como ainda a corrobore hoje, inclusive com teorias da conspiração fantasiosas, pelas quais 2013 teria sido orquestrado pela CIA, ajudando assim a barrar no presente qualquer possibilidade de destituição real desse sistema *monstro de várias cabeças* no qual estamos inseridos. Ao mesmo tempo, com isso, a esquerda partidária se exime da responsabilidade por ter aberto a porta para a serpente fascista que agora pretende combater, inclusive com as medidas de exceção que usou para nos criminalizar (Operações de Garantia da Lei e da Ordem; Lei Antiterrorismo), e novamente se apresenta como única alternativa viável para combater aquilo que ajudou a criar. Sobre isso, talvez Agamben tenha sido profético já em 1996, comentando o progressismo na Europa:

Desse modo, foi tomando forma, aos poucos, o mote que guiou a estratégia do progressismo em sua marcha rumo ao poder: é necessário ceder a tudo, reconciliar cada coisa com o seu oposto, a inteligência com a televisão e a publicidade, a classe operária com o capital, a liberdade de palavra com o Estado espetacular,

o meio ambiente com o desenvolvimento industrial, a ciência com a opinião, a democracia com a máquina eleitoral, a má consciência e a abjuração com a memória e a fidelidade. Vemos, hoje, a que levou essa estratégia. Em todos os âmbitos, a esquerda colaborou ativamente para que fossem predispostos os instrumentos e os acordos que a direita no poder não terá senão que aplicar e desenvolver para obter sem esforços os seus objetivos (123-124).

Essa reconciliação progressista procede por exclusão em massa, por destruição daquilo mesmo que se significa, pois tem limites claros. Limites que 2013 trouxeram à tona e que não podemos mais esquecer. Talvez por isso, a leitura que condena 2013 incluía também uma ideia idílica de que vivíamos um paraíso perdido no governo petista, como se não existisse ali um governo neoliberal, que compactuava com empreiteiras e mineradoras para a destruição das florestas, como se não houvesse ali convivência com uma política de segurança genocida, como se não houvesse apenas e principalmente uma casca de discurso progressista. E o que foi exatamente tudo isso teria sido perdido porque as pessoas tomaram as ruas? Diante disso, “melhor voltar pra casa e aceitar o castigo do que enfrentar um monstro tão feio quanto a extrema direita”, nos dizem com sorrisos cínicos, sem notarem (ou fingindo não saber), que eles são a outra face deste monstro. Se sempre que nos revoltamos, o que temos é um mal ainda pior, melhor aguardar 2022 para votar, quando o então suposto messias voltará para nos salvar, perdoadando os rebeldes que não sabiam o que faziam e redimindo nosso maior pecado, que foi a revolta. Essa leitura patriarcal e cristã, no pior sentido do termo, da realidade, que joga com a culpa da própria vítima pela sua desgraça, que nos coloca no lugar do pecador a ser perdoado, que imobiliza a sociedade a ponto de evitar qualquer real possibilidade de transformação radical futura, é a leitura que empenha nosso futuro, que coloca nosso amanhã à venda.

“Se o inimigo vence, nem os mortos estão seguros” (223), nos disse Walter Benjamin.<sup>1</sup> E ao dizer isso, ele nos ofereceu uma compreensão da história por meio da qual o futuro pode modificar o significado do passado. Os vencedores reinterpretam os acontecimentos de modo a evitar que seu significado possa animar lutas futuras, sempre vão ler o passado como um caminho retilíneo para sua vitória. A história, entretanto, é sempre muito mais complexa do que isso, cheia de caminhos tortuosos, idas e vindas, significados múltiplos. Não é fácil olhar um acontecimento como pura possibilidade estando no momento imediatamente seguinte ao que ele ocorreu. O inimigo venceu com a ajuda da disputa institucional, não teria conseguido de outra maneira, e por isso nosso passado está ainda em questão. Mas uma outra leitura possível de 2013 é aquela que não apenas afirma a revolta popular como legítima

---

1 “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin 223).

nela mesma, mas que entende que a direita só venceu as ruas quando auxiliada pela institucionalidade e, portanto, com a porta aberta pela esquerda, que naquele momento ocupava esse lugar de poder. Mas isso também significa compreender que não há agora *frente ampla* possível, pois o que vemos em relatos da ascensão fascista ao longo da história é justamente que ela vem ao poder, de novo e de novo, com a porta aberta por algum social-democrata que prefere a extrema direita (diante da qual possa se apresentar como solução comprável) à própria possibilidade de uma real revolução que o tire do seu lugar de poder, ainda que enquanto mero nicho de mercado eleitoral. A suposta social-democracia costuma ceder lugar aos cães do fascismo para reprimir revoltas.

Foram muitos os 2013, mas houve no Rio de Janeiro uma revolta contrassistêmica, com vasta participação das camadas excluídas, com influência anarquista e autonomista. Aqui, as pautas de direita foram banidas das ruas, porque se lutava contra o genocídio do povo preto e favelado; por direito à cidade, contra às remoções; por saúde e educação e contra os megaeventos. E, neste contexto, as representações partidárias foram recusadas pelo próprio papel vergonhoso que vinham tendo nas lutas concretas há gerações. Depois, setores institucionais incentivaram a criminalização da revolta com medo de perderem seu espaço, pediram para que os então batizados “vândalos” saíssem das ruas e ficassem só “os verdadeiros manifestantes”. Assim, houve prisão, perseguição, aprovação da lei antiterrorismo e, somente depois de dois anos, e de vários processos, os “verdadeiros manifestantes” ganharam as ruas, vestidos de verde e amarelo, pedindo o *impeachment* da Dilma. E foi aí que aqueles setores que ajudaram a criminalizar os “vândalos” radicais começaram a dizer que a culpa foi nossa.

Para saber o que 2013 tem com 2020 vale olhar o que está se passando no Chile, onde a revolta popular desafiou os dispositivos securitários e os dispositivos biomédicos de poder, permitindo uma suspensão da aceleração capitalista e do regime neoliberal.<sup>2</sup> O que significam essas insurreições que emergem em meio às pandemias como *golpes de ar* quando não conseguimos mais respirar? Trata-se dos exemplos mais recentes das insurreições contemporâneas, em grande medida herdeiras dos movimentos sociais contrassistêmicos, libertários e autonomistas, das décadas de 60 e 70. Já nesses movimentos é possível rastrear recusas à esquerda tradicional e partidária que se enraízam em uma ruptura com o modelo de socialismo de Estado. A resposta, a reação conservadora, constituiu o que chamamos hoje sociedade de controle, enquanto refinamento das tecnologias de poder disciplinar, que capturaram e capitalizaram de maneira espetacular as lutas minoritárias e insurgentes. Mas, depois disso ainda, as lutas minoritárias não significaram o fortalecimento da direita, ao contrário, elas foram retomadas no levante Zapatista, em 1994, quando já nos diziam que outro mundo não

2 Sobre isso, recomendo a muito boa aula do filósofo chileno Rodrigo Karmy (“El virus de la insurrección y la insurrección del virus”).

seria mais possível, e foi possível ainda mudar o mundo sem tomar o poder. Isso nos mostra que o significado delas não havia morrido. Então vemos aqui que se trata de uma história longa, e muito além de disputas eleitorais, que animam as lutas diretas que foram modificando, minando, não sem respostas protofascistas, é claro, o cerne dessa sociedade. Lutas que sofreram e sofrem duras repressão, perseguição, morte, criminalização, fabricação de inimigos categorizados como terroristas, contra os quais os Estados travam verdadeiras guerras internas, e que foram inúmeras vezes acusadas de ajudarem a direita por não se reduzirem às disputas eleitorais e não visarem a um objetivo institucional. Mas que se estendem no tempo, perpassam fronteiras; são retomadas, não começaram hoje, não acabarão amanhã. As transformações reais, profundas, de uma sociedade se dão de baixo para cima, no âmbito dos valores e no âmbito das práticas, sem separar os meios dos fins almejados, mas são muitas vezes invisibilizadas porque não ocupam o lugar de poder, e não se envolvem diretamente nos parlamentos e nos cargos. São lutas locais, pontuais, mas que vão do singular para o geral e que também respondem às reações dos poderes constituídos: ocupas; revolta dos pinguins; 2013; vidas negras importam; pequenos e grandes motins antipolícia, não são lutas terminadas, tratam-se de batalhas em curso, e as trocas de gerentes dos poderes constituídos respondem a elas, mas não são seu foco central.

Algo que podemos ver muito bem em 2020 é que se é certo que os poderes constituídos não inventaram ou fabricaram propositalmente a pandemia, é também igualmente certo que convivem muito bem com ela, já que se alimentam das crises como motores da exceção enquanto modo de governo. No final das contas, a pandemia acelerou o processo de precarização do trabalho, de privatização da educação, de desmantelamento dos direitos democráticos e de fabricação da miséria, que são todas características constitutivas da face atual do neoliberalismo. Seria apenas isso, de maneira uníssona, não houvesse as insurreições populares. O que a insurreição popular no Chile e o movimento Vidas Negras Importam mostraram em 2020 para o mundo é justamente que a única resposta à destruição planetária, da qual a COVID-19 é um sintoma particularmente representativo, pode ser apenas uma mudança radical de modo de vida, o que passa também por uma distinta relação entre meios e fins. E os movimentos contrassistêmicos e insurreições são particularmente exemplares desta relação, ela não é um detalhe, nem a falha desses movimentos, mas o que eles têm de mais potente. Não visar a um objetivo externo tomado como mais importante e independente do meio que se toma para alcançá-lo é usado como acusação de que tais movimentos não propõem nada, não são organizados ou não oferecem projetos. Ocorre que existe uma maneira de organização que consiste em tomar os meios como internamente determinados com seus fins, não como utilitários, mas com um modo de fazer agora a maneira como se quer que o mundo seja. Esta relação não utilitária se encontra na própria definição de *ação direta*, que pode ser compreendida não apenas como um tipo de atuação política defendido por anarquistas e autonomistas, mas também como um

princípio ético. Trata-se, antes de tudo, de uma ação que não é indireta, ou seja, que rejeita representantes ou mediações para atingir seus objetivos. Neste sentido, o próprio ato carrega inteiro aquilo que se pretende. Fazer agora o que se pode para encarnar em ato, não em projeto, um mundo novo: “Uma forma de ação na qual meios e fins se tornam, efetivamente, indistinguíveis; uma maneira de se envolver ativamente com o mundo para promover mudanças, nas quais a forma da ação – ou, pelo menos, a organização da ação – é em si um modelo para a mudança que se deseja promover” (Graeber 210).

Ao mesmo tempo, esta característica pela qual os fins não são tomados como independentes e externos dos seus meios, este caráter não-instrumental e anti-estrategista também aparece nos relatos sobre insurreições em várias fontes, como por exemplo:

espaço circunscrito em que o tempo histórico é suspenso e em que todo ato vale por si mesmo, em que suas consequências absolutamente imediatas [...] A participação na revolta é determinada pela escolha de uma ação fechada em si mesma, que desde o exterior poderá também ser vista inserida em um contexto estratégico, mas desde o interior mostra-se absolutamente autônoma, isolada, válida por si mesma, independentemente de suas consequências não imediatas (Jesi 72-77).

Aqui temos Furio Jesi, quando vai analisar a simbologia da revolta através do mito, ou melhor, os elementos mitológicos presentes nos processos insurrecionais. Furio Jesi toma como referência a rebelião espartaquista, que fracassa, enquanto projeto revolucionário, e que é fortemente reprimida entre 1918 e 1919 na Alemanha do pós-guerra. Mas ali encontramos uma abordagem das insurreições enquanto evento de ruptura com a temporalidade progressiva, linear, que permite viver um pouco do que seria uma comunidade pós-revolucionária no próprio processo insurrecional. A insurreição não estaria nem no hoje, nem no amanhã, mas ela seria uma *epifania do depois de amanhã*, que rompe com a experiência linear do tempo, depois de uma longa espera da guerra (e é interessante comparar isso com o momento pandêmico), instaurando então uma outra temporalidade. Essa temporalidade não cronológica, é capaz de suspender o progressismo do capital e nos permite simbolicamente retomar o passado no presente e ressignificá-lo, e por isso a insurreição é criadora de novos sentidos coletivos. Daí que as reações, as tentativas de capturas, o que responde ao processo insurrecional sejam sempre maneiras de restituir o tempo histórico cronológico. Porém, essa temporalidade simbólica, que Jesi trata mesmo como uma epifania, é imanente, e pode retornar em qualquer momento reabrindo as fissuras.

Também aqui podemos lembrar de Foucault, comentando a rebelião iraniana, que também fracassa enquanto resultado, mas que Foucault elogia enquanto *acontecimento*. Foucault será muito criticado por isso, porque vai identificar também um elemento místico na revolta, uma destituição de individualidade e um ser-com-o-outro que cria coletividade. Também para ele as insurreições estão em alguma medida fora da tempo-

ralidade histórica, mas criam valores na medida em que são repostas ao que leva alguém a aceitar o risco de morte. A diferença entre insurreição e revolução seria justamente que última seria sempre um fim buscado por um processo histórico, dentro da cadeia de causas e efeitos, enquanto a primeira seria uma ruptura nessa cadeia, e poderia, assim, ser dita um meio sem nenhum fim. Daí podemos entender a questão foucaultiana: é inútil revoltar-se? Serve pra que? Pergunta que já pretende colocar o evento na cadeia de meios e fins. Vejam aí o que vocês ganharam com isso? Ao que Foucault contrapõe a questão filosófica: o que há de irredutível em um movimento dessa ordem?

As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma, lhe escapam. O movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: “Não obedeco mais”, e joga na cara de um poder que ele considera injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irredutível. Porque nenhum poder é capaz de torná-lo absolutamente impossível: Varsóvia terá sempre seu gueto sublevado e seus esgotos povoados de insurrectos. E porque o homem que se rebela é em definitivo sem explicação, é preciso um dilaceramento que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões, para que um homem possa, realmente, preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer (Foucault, “É inútil revoltar-se?”).

Foucault neste texto se declara um anti-estrategista, alguém que aposta nas rupturas e no que elas são capazes de constituir, alguém que espreita a história para ver por trás da política instituída o que a limita de maneira incondicional, e por isso ele seria sempre respeitoso quando uma singularidade se insurge.

As insurreições constituem, assim, uma ruptura em ato com aquilo que é uma característica fundamental do modo de vida ocidental moderno capitalista: uma certa relação utilitária entre meios e fins, pela qual os primeiros justificariam os segundos, acompanhada de uma fetichização do progresso e de qualquer forma de mediação, que aparta cada vez mais o que se pretende daquilo que usa para alcançar o que se pretende. E digo que seja sua força porque parte do problema da sociedade capitalista consiste precisamente na relação utilitarista com a natureza e com a vida em geral. “Aquele espírito que tem expressão num movimento para adiante, em construir estruturas sempre mais amplas e complicadas, avançando para frente e para o alto” (Wittgenstein 7).<sup>3</sup> Que meios e fins sejam vistos como necessariamente externos interdita qualquer relação interna entre eles. Não admira que nossas existências sejam, cada vez mais, sentidas como sem sentido, pois só é capaz de constituir sentido aquilo que não serve para algo, independente e externo, mas que é tomado com valor de necessidade.

Se houvesse apenas uma conexão externa, nenhuma conexão poderia chegar a ser descrita, uma vez que só descrevemos uma conexão externa por meio de uma

3 Referência à caracterização que Wittgenstein (*Philosophical Remarks*) fornece do espírito da civilização europeia e americana, no prefácio às *Observações Filosóficas*.

interna. Na ausência desta, perdemos o parâmetro necessário para descrever qualquer coisa – da mesma forma que não podemos mover qualquer coisa com nossas mãos a não ser que nossos pés estejam bem firmes no chão (Wittgenstein 66).

O que nós queremos modificar é precisamente, talvez antes de tudo, uma certa relação entre meios e fins pela qual tudo precisa ter um propósito externo, quando precisamente o que constitui valor nas nossas vidas é precisamente tudo aquilo que não tem um valor externo. É o princípio dos jogos, um jogo é sempre uma atividade com fim em si, uma autogestão em curso. Talvez os melhores momentos das nossas vidas sejam aqueles nos quais agimos sem propósito externo além da própria ação. E aqui é interessante retomar a oposição entre vida e economia, pois a economia é um ótimo exemplo de algo que só pode ser uma mediação, em oposição à vida, que, por seu turno, só pode ter um valor em si. Ailton Krenak ilustra de maneira irônica muito bem este ponto:

A ideia da economia, por exemplo, essa coisa invisível, a não ser por aquele emblema do cifrão. Pode ser uma ficção afirmar que se a economia não estiver funcionando plenamente nós morreremos. Nós poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central em um cofre gigante e deixá-los vivendo lá, com a economia deles. Ninguém come dinheiro (Krenak 12).

Ao mesmo tempo, neste pequeno livro: *A vida não é útil*, Krenak nos apresenta uma compreensão da própria vida precisamente como algo que só pode ser compreendido como tendo um sentido imanente. A vida não serve para nada, ela constitui valor, não tem um valor como um objetivo externo. O aspecto mais fundamental do modo de vida economicista da representação e do capital consiste em tomar tudo aquilo que só poderia ser uma mediação com valor imortal, isto é, como mais importante do que aquilo que ela deveria mediar, em todos os âmbitos das nossas existências, tomar como critério de necessidade aquilo que deveria ser relativo ao necessário. “O metro padrão não mede um metro”,<sup>4</sup> nos disse Wittgenstein ao explicar a necessidade internamente determinada das regras. Pouco se tem explorado das consequências éticas dessas análises linguísticas. O critério de medida não tem ele mesmo medida, por isso tudo que tem valor de necessidade só pode ser internamente determinado e não mediado. Dito de outro modo: toda e qualquer mediação supõe uma relação interna direta, que é anterior em princípio e em fundamento, e que serve como critério padrão para o que é medido sem poder ela mesma ser medida. Daí quando se escolhe salvar a economia, ainda que discursivamente “para se salvar vidas”, o que se está fazendo

4 “Há uma coisa da qual não se pode dizer nem que tem um metro de comprimento nem que não tem um metro de comprimento, e esse é o metro padrão de Paris. Mas isso, naturalmente, não é atribuir uma propriedade extraordinária a ele, mas apenas marcar o seu papel peculiar no *jogo de linguagem* de medir como uma regra de um metro” (Wittgenstein 50).

é optando pela mediação, o que é comparável a tratar a natureza como um “recurso natural”: uma visão utilitária e economicista da vida, talvez seja uma boa definição do capitalismo. O momento no qual esquecemos o que realmente importa foi precisamente aquele no qual acreditamos que dinheiro poderia ser comida,<sup>5</sup> ou seja, no qual tomamos mediações por excelência como fins em si. E o valor das insurreições consiste precisamente em lembrar o que realmente importa, o que não é um meio, não o que ela conquista, como um fim externo, este quando vem, vem justamente pra barrar a potência do que ela significou já em ato. Como, por exemplo, quando o governo decidiu parar a reforma do ensino para desocupar as pequenas comunas autogeridas que se tornaram as escolas.<sup>6</sup> Ou como quando, em 2013, a revolta tomou as ruas, não apenas a passagem baixou, mas a Aldeia Maracanã<sup>7</sup> foi retomada e está lá até hoje, para parar o levante popular.

Existe um movimento de esvaziamento semântico que opera sempre junto às práticas repressivas de uma revolta, sublevação ou mesmo de uma comunidade em resistência. Este movimento opera de maneira dispersa, não apenas por meio das instituições, mas consiste em um esvaziamento do sentido do acontecimento em questão, muitas vezes o equacionando àquilo precisamente que ele excluía, quase como na descrição que George Orwell faz da *Novilíngua*,<sup>8</sup> na obra *1984*. Esta estratégia de captura que constitui um dos fronts centrais da guerra discursiva tem como efeito desejado tornar o significado da prática de resistência em questão vazio, trivial, esgarçando suas fronteiras. Ele é muito mais nocivo do que a repressão ou a criminalização pura e simples, pois não atinge o fenômeno como ato, mas sim como significado, e, nesta medida, atinge a sua possibilidade e impede a sua retomada no tempo. Criminalizar 2013 não é tão eficaz quanto destruir seu sentido para evitar que nunca mais aconteça algo similar. É preciso matar ou prender o que não é vendível, capturável, cooptável e, ao mesmo tempo, operar a fabricação de símile espetacular que borre as fronteiras semânticas do inimigo, como produto, como farsa, ou precisamente como aquilo que ele pretendia combater. Se a extrema direita é equacionada ao totalmente outro que gostaríamos de significar já estamos destruídos de saída. Quando vemos hoje na falência das instituições da representação, a esquerda se apresentar como defensora da lei da ordem, representante obsessiva do *establishment*, o que cresce no espaço do contrassistêmico é um espetáculo que se apropria de elementos da própria potência

5 Referência à famosa carta do cacique Seattle ao presidente norte-americano Franklin Pierce, em 1854. Disponível em: <http://www.rizomas.net/polemicas/81-a-carta-do-chefe-seattle-ao-presidente-franklin-pierce-realmente-existiu.html> Acessado em: 08/01/2021.

6 Referência às ocupações estudantis secundaristas que, inspiradas na revolta dos pinguins chilena, em 2016, ocuparam mais de mil escolas da rede públicas em todo o Brasil, barrando a reforma do ensino que pretendia fechar muitas destas instituições.

7 Referência ao território indígena em solo urbano, situado ao lado do estádio de futebol Maracanã, no Rio de Janeiro, cujo projeto do estado em 2013 era transformar em um estacionamento, e que foi mantido sob manejo indígena até hoje graças às manifestações populares deste período.

8 Conceito cunhado por George Orwell no romance *1984*, definido como a capacidade de manter crenças contraditórias acreditando ainda assim em ambas.

insurrecionária, ainda que seja o sistema tomando vida própria. Não há maneira melhor de eliminar um inimigo do que se apresentar como sendo ele, ou como muito parecido com ele. Assim, pode-se fazer crescer da sua própria potência, fazendo mesmo que ele recuse aquilo que é. Assim, o sistema aparece como única possibilidade e podemos assistir na TV supremacistas brancos e masculinistas defendendo o nacionalismo serem qualificados precisamente como aquilo que não poderiam ser: “anarquistas insurrecionais”. Ou ainda, no discurso dos propagandistas da extrema direita, a esquerda sendo qualificada como “os bilionários”, e a direita como “o povo”. Esta confusão conceitual trata, assim, de inverter os termos das oposições para construir um *fake* das alternativas de esquerda radicais. O que vemos no discurso dos defensores da extrema direita hoje é muitas vezes uma postura caricatural da nossa própria posição, que chega a supor que antifas teriam melhor tratamento do que os supremacistas que invadiram o capitólio, por exemplo, como se fossem eles os marginalizados e oprimidos, e não precisamente aqueles que se encontram ocupando os espaços de poder. Lembrar que não pode ser isso não deve incluir discutir absurdos ou dar sentido ao que nos levaria simplesmente a rir. Como sempre, discutir absurdos já coloca em questão o que precisa ser tomado como necessário, não é possível transmitir necessidades por argumentação sem já ceder precisamente o ponto que se gostaria de demonstrar. O que sentimos em qualquer tentativa de argumentar sobre isso é que qualquer solo único de concordância que tivéssemos que estabelecer para que uma argumentação parecesse possível já concederia justamente o que tomamos como mais importante e necessário. Trata-se, portanto, sempre de tornar evidentes os estratagemas discursivos utilizados, as manobras conceituais e cortinas de fumaça, o que precisou ser esquecido para que a fratura no jogo de linguagem se operasse, muito mais do que uma argumentação.

Não nos basta ressaltar aqui que se fossem realmente “anarquistas insurrecionais”, e não uma maioria de policiais, militares e seus admiradores, aqueles que entrevistaram no congresso norte-americano para gerar um fato político após Trump perder as eleições, provavelmente teriam sido executados, fuzilados, sob a justificativa legal de terrorismo. Por vezes, uma imagem serve como ilustração, podemos mostrar a proteção militar do congresso durante uma manifestação do movimento Vidas Negras Importam para contrastar com o que havia naquele dia. Mas sempre haverá alguém para dizer que uma supremacista também foi assassinada durante a ação. Então o ponto talvez seja, novamente, que não podemos inverter relações assimétricas e tudo mais permanecer o mesmo. A questão passa por quem é reconhecido como subjetividade de direitos e quem não é visto como agente senão de violência. Ninguém numa manifestação antifa está tão seguro quanto numa manifestação supremacista, pois nós somos aqueles e aquelas cuja revolta e autodefesa devem ser vistas como fomentando seu próprio castigo. Somos as pessoas para quem é dito: você não é agente de rebelião, se continuar, vai ficar ainda pior. E, com isso, voltamos à interpretação que é feita sobre 2013, enquanto estratégia de destituição da nossa potência: de quem

a defesa precisa ser transformada em punição? Este discurso, de que se não pode fazer protesto “violento” porque piora a situação por meio da reação, constitui um tipo de dispositivo defensivo, no sentido de Elsa Dorlin, isto é, na transformação da autodefesa em aniquilação de si:

Em face daquilo que decorre de uma força, de um ímpeto, um movimento polarizado para se defender, marcando a trajetória de uma vida, favorecendo sua implantação por um enquadramento que a legitima, ou, ao contrário, que impede sua efetivação, sua possibilidade, fazendo com que esse ímpeto seja visto como inábil, hesitante ou perigoso, ameaçador, tanto para os outros como para si mesmo (Dorlin 26).

Transformar a nossa força sempre e sempre na nossa própria destruição. Essa é uma transformação que não pode ocorrer satisfatoriamente sem elementos semânticos, pois diz respeito ao significado das nossas ações. A questão passa por quem tem direito à revolta, quem pode se levantar contra opressores e dizer que estava agindo legitimamente em autodefesa, e entender isso passa, claro, por entender quem está morrendo de fato. Nunca será no mesmo sentido a defesa da violência monopolista do Estado, daqueles sujeitos já reconhecidos como legítimos para se defender por si mesmos, e a dos matáveis. Se não é verdade que vivemos uma ditadura gay ou do racismo invertido, se isso não pode ser verdade tanto por estatísticas quanto por questões semânticas (jamais será igualmente ofensivo chamar alguém de branco hétero cis quanto de negro gay trans, não importa o quanto você tente, há uma comunidade linguística de fundo que não permite), também não pode ser verdade que aquelas pessoas no congresso americano agiam da mesma forma que manifestantes negros dizendo que suas vidas importam ou mulheres faveladas dizendo “parem de nos matar”. Quem está no topo das hierarquias sociais e ocupando instituições? Quem está realmente morrendo diariamente e age em autodefesa, afirmando contra todas as instituições e valores reinantes a sua autodefesa? Não se pode confundir a instituição tomando vida própria com a via de ação não-institucional, pois isso seria como acreditar que o estado de exceção, que é condição mesmo da manutenção do sistema, significa a superação do sistema que anima. As mediações serem tomadas como fins nelas mesmas não as torna, de fato, fins internamente determinados pelo mesmo motivo que tomar o dinheiro como valor em si não permite que possamos comê-lo. No estado policial, a polícia age como um fim em si, e não como mero instrumento do governo. A polícia, assim, se torna, nos termos de Foucault, o golpe de estado permanente.<sup>9</sup> Mas que a polícia deixe de ser um mero instrumento e passe a

<sup>9</sup> “[a polícia] é o exercício soberano do poder real sobre os indivíduos que são seus súditos, é nisso que consiste a polícia. Em outras palavras, a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado. Específica, portanto, em seu funcionamento e em seu princípio primeiro,

agir de maneira autônoma não abala seu caráter fundamental de instituição que opera em favor da governamentalidade e dos poderes constituídos. Muito pelo contrário, permite que o Estado ocupe espaços que, de outra maneira, não ocuparia. O momento fascista sempre foi constitutivo da própria possibilidade de manutenção do chamado estado democrático de direito, não é sua falha, não é seu limite, é sua maneira de operar. Isso não significa, entretanto, que este não tenha limites bem definidos, pois o seu lado de fora aparece de modo evidente nas sublevações populares que não pode inserir senão como teatro e espetacularização. Se você lembrar da práxis concreta, não pode ser enganado pelas inversões semânticas porque, ao final, restam certezas que não podem ser abaladas.

É uma lógica antiga essa que tenta transformar toda tentativa de resistência em punição, em morte. Esse discurso que se manifesta corriqueiramente em dizer que não se pode fazer protesto supostamente “violento” porque desencadeia reação ainda pior. Trata-se de uma lógica necropolítica, pois opera na separação entre quem tem direito à defesa, quem é sujeito de direitos, e quem é total objeto, os matáveis, e, portanto, cuja defesa deve ser interpretada sempre como violência ilegítima. Transformar toda sua potência de autodefesa e revolta em castigo e punição é uma estratégia prática e discursiva de aniquilamento. Tal estratégia é necropolítica na medida em que separa quem tem direito a se defender e quem deve morrer sem ação. Aquele cuja resistência deve ser lida como impossível ou como engendrando sua própria desgraça é conduzido finalmente à condição de total objeto do poder soberano, aquele que não pode fazer mais nada, porque afinal nunca foi mesmo sujeito de direito e não tem legítima defesa. O agente neste caso não pode agir, apenas sofrer ação legítima, a única ação que ele poderia executar seria a própria violência pela qual é culpado: separação que não restringe apenas corpos ameaçadores de corpos defensáveis, mas marca sobretudo aqueles que são agentes da própria defesa e aqueles dos quais toda potência deve ser interpretada como negativa. Muitos são os âmbitos nos quais se repete a lógica que reforça o monopólio da violência pelos aparelhos e dispositivos estatais e paraestatais: tentar resistir fará com que seja ainda pior. Dispositivo, estratagema, que entra em vários âmbitos das nossas vidas minando nossas resistências, inseridas em nossos corpos, e nos fazendo contribuir ativamente para nossa própria aniquilação. Acreditar que toda tentativa de evitar faz ficar pior é uma forma suicidária por excelência. Se matar para não sofrer mais, o vínculo entre a perda da possibilidade de autodefesa e o suicídio, fazer parecer que a morte matada foi morte morrida; foi morte procurada; foi, enfim, morte inevitável e sem sujeito. Revoltar-se é retomar a posição da subjetividade que resiste precisamente porque se autodefende. Ação, sem dúvida, política e existencial, para a qual não se busca uma legitimidade prévia porque é destituição criativa e luta pela vida.

---

a polícia também deve sê-lo nas modalidades da sua intervenção” (Foucault 457).

De vez em quando, alguém ainda pergunta: mas você acha que valeu a pena tudo que aconteceu em 2013 mesmo com o que veio depois? É uma pergunta que se coloca como ingênua mas que não tem nada de simples. Deve ser vista como uma pergunta irônica e mordaz, no sentido que Deleuze caracterizou a pergunta sobre a utilidade da Filosofia,<sup>10</sup> para a qual só caberia, segundo o filósofo, uma resposta agressiva. Ambas pretendem tomar como utilitária algo que se insere na ruptura com essa relação externa entre meios e fins. As insurreições, assim como a prática filosófica, não servem a nenhum poder estabelecido, não servem para, constituem fins em si. Como propôs Furio Jesi, esgarçamentos do tempo linear, que permitem viver agora o que se pretende para o por vir. Aqueles que conferem punições, que legitimam castigos, perguntam com frequência aos sentenciados: “e aí, você já se arrependeu? valeu a pena fazer o que você fez?”. O que eles querem é provocar o arrependimento, a resposta segura de que a punição exemplar funcionou, você será perdoado, se tivermos a garantia de que nunca mais pecará, e que ninguém mais tenha coragem de fazer o que você fez. O que querem punir não é jamais apenas o indivíduo, é a coragem da transgressão. Por isso em todos presídios encontramos religiosos ávidos por almas arrependidas para seu rebanho. O torturador estará sempre acompanhado pelo pastor. Também podemos lembrar de George Orwell aqui, o final da tortura, você deve amar o Grande Irmão, descobrir enfim seu verdadeiro amor por ele. Peça pelo messias, ajude a eleger aquele que ajudou a te criminalizar e teremos, enfim, certeza de que está curado do seu anarquismo. Daí a extrema direita pode até sair de cena, desde que as elites tenham a certeza de que o carrasco já cumpriu bem seu trabalho: nunca mais milhões tomarão as ruas exigindo modificações profundas e radicais, afinal, viram no que isso deu, o povo deve estar preparado para aceitar o espetáculo da inserção pelo consumo, dominado pelas grandes corporações, acompanhado dessa política de segurança de extermínio e ainda agradecer. O caminho pacífico da institucionalidade conciliadora deve aparecer como única possibilidade. Morte aos dissidentes, o liberalismo é a única realidade possível. Tudo isso como premissa de uma única e violenta pergunta: 2013 valeu a pena? Responder sem titubear por um único segundo que “sim”, envolve uma compreensão da revolta como um *fim em si*, como um corte na linearidade temporal que abre novas possibilidades, envolve também aquilo de que temos certeza e que não pode ser destruído pela tortura. Envolve, acima de tudo, não empenhar nosso futuro. Sim, 2+2 permanece

---

10 “Quando alguém pergunta para que serve a Filosofia, a resposta deve ser agressiva, visto que a pergunta pretende-se irônica e mordaz. A Filosofia não serve nem ao Estado, nem à igreja, que têm outras preocupações. Não serve a nenhum poder estabelecido. A filosofia serve para entristecer. Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria ninguém, não é uma filosofia. A filosofia serve para prejudicar a tolice, faz da tolice algo vergonhoso. Não tem outra serventia a não ser a seguinte: denunciar a baixaza do pensamento sob todas as suas formas” (Deleuze 87).

4, caro grande irmão.<sup>11</sup> “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”.<sup>12</sup> O que vai significar 2013 depende ainda de uma pedra que não foi tacada, mas cuja possibilidade segue aberta.

## Referências

- Agamben, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.
- Benjamin, Walter. “Teses sobre o conceito de história (1940)”. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 222-232.
- César, Chico. “Pedrada”. *Amor é um ato revolucionário*. Gravadora Independente, 2019.
- Deleuze, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.
- Dorlin, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo, Crocodilo/Ubu Editora, 2020.
- Foucault, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- . “É inútil revoltar-se?”. *Machine Deleuze*, 8 abr. 2017, <https://machinedeleuze.wordpress.com/2017/04/08/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/> Visitado 14 de agosto de 2021.
- Graeber, David. *Direct Action: An Ethnography*. Oakland, AK Press, 2009.
- Jesi, Furio. *Spartakus: simbologia da revolta*. São Paulo, N-1 Edições, 2018.
- Krenak, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- Orwell, George. *1984*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- Wittgenstein, Ludwig. *Philosophical Remarks*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- . *Investigações filosóficas*. São Paulo, Nova Cultural, 1989.

---

11 A referência aqui é novamente ao livro *1984*, de George Orwell, no qual a tortura sofrida pelo personagem principal, Winston, deve levá-lo não apenas a amar o Grande Irmão, enquanto líder último da sociedade despótica imaginada, como também a rechaçar certezas fulcrais, como a de que “2+2=4”. Sobre isso, gostaria de destacar aqui o seguinte trecho: “O partido ordenava que o indivíduo rejeitasse a prova visual e auditiva. Era sua ordem final, essencial. O coração de Winston fraquejou quando pensou no enorme poderio que tinha pela frente, a facilidade com que qualquer intelectual do partido o deitaria por terra num debate, os sutis argumentos que não conseguiria compreender, e muito menos responder... e, no entanto, sentia ter razão! Eles estavam errados! O óbvio, o tolo e o verdadeiro tinham que ser defendidos. Os truismos são verdadeiros, esse é que é o fato! O mundo sólido existe, suas leis não mudam. As pedras são duras, a água é líquida, os objetos largados no ar caem sobre a crosta da terra. Com a impressão de falar com O’Brien e também de estar fixando um importante axioma, ele escreveu: a liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Admitindo-se isto, tudo o mais decorre” (Orwell 79).

12 Ditado Iorubá.